



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Processo 344/2025
Origem/Interessado Câmara Municipal de Primavera do Leste/MT
Assunto Projeto de lei ordinária nº 1.922/2025
Parecer nº 469/2025/PJCM
Local e Data Primavera do Leste/MT, 12 de dezembro de 2025.
Procuradoria Jefferson Lopes da Silva

PARECER JURÍDICO. PROJETO DE LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. ESTABELECE REGRAS DE VISIBILIDADE EM EVENTOS FINANCIADOS COM RECURSOS PÚBLICOS. ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA LEGISLAR SOBRE INTERESSE LOCAL E CULTURA. INICIATIVA PARLAMENTAR LEGÍTIMA. AUSÊNCIA DE VÍCIOS FORMAIS OU MATERIAIS NA VERSÃO AJUSTADA. PELA CONTINUIDADE DA TRAMITAÇÃO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de apreciação de Projeto de Lei de iniciativa parlamentar, o qual ESTABELECE A PRIORIDADE DE VISIBILIDADE AO PÚBLICO GERAL EM EVENTOS REALIZADOS COM RECURSOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Em sua Justificativa, o(a) autor(a) da proposição argumentaria que a medida visa democratizar o acesso à cultura e ao lazer, garantindo que o público geral, principal destinatário dos investimentos públicos, tenha visibilidade privilegiada nos eventos. A proposta busca coibir a privatização de espaços nobres em eventos financiados pelo erário, assegurando que estruturas como camarotes e áreas VIP não prejudiquem a experiência da população.

A proposição, em sua versão ajustada para análise, estabelece diretrizes para a disposição de estruturas em eventos, vedações, sanções em caso de descumprimento e a aplicação das regras a eventos realizados ou fomentados pela administração municipal.

Assim, conforme prevê o artigo 226, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Primavera do Leste/MT, passo a realizar a análise técnico-jurídica da presente Proposição.



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

II.a DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria, tem-se que o parecer exarado pela Procuradoria Jurídica veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

II.b DA INICIATIVA E LEGALIDADE

Ao analisar a matéria em questão, cumpre inicialmente destacar a relevância do exame da competência legislativa e da iniciativa das proposições, uma vez que tais aspectos constituem requisitos formais indispensáveis à regularidade do processo legislativo. A observância desses parâmetros, previstos na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara, garante a legitimidade dos atos normativos e a harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Nesse sentido:

Art. 34. LOM. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica do Município; II - consolidação de leis; III - leis complementares; IV - leis ordinárias; V - leis delegadas; VI - medidas provisórias; VII - decretos legislativos; VIII - resoluções.

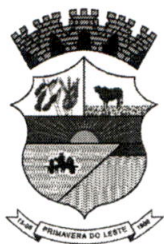
Art. 30. CF/88. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Art. 8º. LOM. Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive concorrentemente com a União e o Estado;



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Art. 37. LOM. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que:

I - fixem ou modifiquem o efetivo da Guarda Municipal;

II - disponham sobre: a) Criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e fixação de sua remuneração; b) Servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, disponibilidade e aposentadoria; c) Criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública municipal; d) Estabelecimento do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais; e) Criação e definição das áreas de atuação de autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

Dessa forma, verifica-se que a iniciativa encontra respaldo nas disposições da Lei Orgânica Municipal, respeitando as hipóteses de competência privativa e concorrente estabelecidas para cada Poder. Conclui-se, portanto, que a proposição está formalmente adequada, **NÃO APRESENTANDO VÍCIO DE INICIATIVA** que impeça sua regular tramitação no âmbito legislativo.

III – CONCLUSÃO

Assim, opino **FAVORÁVEL** ao trâmite regular do presente feito.

É o parecer.

Primavera do Leste/MT, 12 de dezembro de 2025.


JEFFERSON LOPES DA SILVA

Assessor e Consultor Jurídico da Câmara Municipal

